

Centrão esvazia o plenário no primeiro domingo com quórum

Da Sucursal de Brasília



Na primeira sessão realizada pelo plenário da Constituinte num domingo, 290 parlamentares atenderam aos apelos do deputado Ulysses Guimarães no sentido de que houvesse número suficiente para deliberações. Constatada a presença, foi possível iniciar a primeira votação desde o Carnaval.

Apesar do quórum (que é de 280 parlamentares), cuja confirmação foi recebida com aplausos pelo plenário e pelo próprio Ulysses, a

votação em si durou pouco. Uma proposta do senador Meira Filho (PMDB-DF), classificando o aborto como crime doloso, paralisou os trabalhos. Ficou claro que a emenda não obteria os 280 votos necessários para a maioria absoluta, fossem favoráveis ou contrários.

Para evitar o arquivamento do texto de Meira Filho (inevitável, caso não alcançasse 280 votos), seus defensores — agrupados no "Centrão" — deixaram de votar e o quórum caiu para 237, levando Ulysses a encerrar a sessão. Pelo regimento, a emenda do senador será analisada novamente, assim que houver número em plenário. O texto abre a possibilidade do aborto terapêutico ou nos casos de estupro.

Durante a sessão de ontem, duas

emendas foram prejudicadas pela falta de maioria absoluta. A primeira era assinada pela deputada Dirce Tutu Quadros (PTB-SP), que encampou emenda popular com cerca de 30 mil assinaturas, garantindo o "livre exercício e a prática de assistência e tratamento espiritual, desde que realizados gratuitamente". A proposta obteve 150 votos favoráveis, 117 contrários e 26 constituintes se abstiveram.

Também foi prejudicada emenda do deputado Del Bosco Amaral (PMDB-SP), determinando que "a lei poderá considerar, assim como o juiz na sua aplicação, desigualdades biológicas, culturais ou econômicas para a proteção do mais fraco". Foram 68 votos "sim", 222 "não" e 8 abstenções.



Ulysses aplaude os parlamentares presentes no plenário do Congresso, ontem, ao saber que havia quórum

Ulysses quer fazer sessões de manhã

Em nova ofensiva para acelerar os trabalhos da Constituinte, o deputado Ulysses Guimarães prepara alterações na escala de horários das votações em plenário. "Vamos fazer sessões de manhã e à tarde, chegando até as nove ou dez horas da noite", disse ontem o presidente da Constituinte, acrescentando que deixará algumas manhãs livres quando houver necessidade de negociação entre os diversos grupos parlamentares.

Ulysses disse também que os discursos de deputados e senadores feitos no início de cada sessão — o tradicional "pinga-fogo" — serão concentrados na primeira reunião do dia. Assim, quando houver sessão

pela manhã, as manifestações não ocorrerão novamente à tarde. O mesmo sistema será aplicado às comunicações de lideranças partidárias.

Até o momento, estes períodos de discursos e comunicações têm duração entre duas e três horas, atrasando o início das votações. Ontem, a primeira reunião do plenário realizado num domingo foi aberta às 9h, mas os votos somente começaram a ser registrados pouco depois das 11h.

A falta de atenção dos constituintes às palavras dos oradores também é uma constante. Enquanto se sucediam, ontem, por exemplo, as manifestações de solidariedade às vítimas das chuvas no Rio de Janeiro, grande parte do plenário

dedicava-se à leitura dos jornais de domingo.

A disposição de Ulysses em manter as sessões aos sábados e domingos recebeu duras críticas do líder do PDS, deputado Amaral Netto (RJ). "Estas reuniões são demagógicas", afirmou, sob as vaias da esquerda. Amaral fez questão de declarar que mora em Brasília desde 1983 e que não faltou "nem a 20 sessões" até agora, mas insistiu na tese de que as reuniões nos finais de semana são desnecessárias. O líder do PDS passou a semana do Carnaval na ilha de Aruba, no Caribe, retornando ontem ao Congresso. As sessões da Constituinte, depois do Carnaval, iniciaram-se na última quinta-feira.

Estabilidade pode continuar sem acordo

Da Sucursal de Brasília

Representantes do Centrão e da liderança do PMDB decidiram procurar um acordo geral para o capítulo dos Direitos Sociais — que inclui a estabilidade no emprego — até quarta-feira, quando deverá haver a votação do tema. O resultado de uma reunião realizada ontem, no entanto, indica que pode ocorrer confronto em plenário. Os dois grupos voltam a se reunir hoje pela manhã.

No encontro, os deputados José Geraldo (PMDB-MG) e Luis Roberto Ponte (PMDB-RS) comunicaram que o Centrão rejeita a proposta do deputado Cesar Coelho (PMDB-RJ) e do senador Virgílio Távora (PDS-CE), que admite a indenização em casos de demissão, mas garante também "outros direitos". Para o Centrão, isto permitiria até a reintegração, considerada inaceitável pelo grupo.

Como contraproposta, o Centrão

apresentou um texto pelo qual os "outros direitos" ficam assegurados "quando se tratar de despedida coletiva". Foi a vez de a liderança do PMDB rejeitar a ideia, considerando-a prejudicial nos casos de demissão de um único trabalhador ou mesmo de grupo pequeno.

Mesmo assim, peemedebistas que participaram da reunião, como o deputado Genebaldo Correia (BA), acreditam na divisão do grupo: "Há setores do Centrão que aceitam a emenda Coelho/Távora."

Parlamentaristas dizem que têm maioria

Da Sucursal de Brasília

O bloco parlamentarista no Congresso constituinte voltou à tona, depois de um longo mergulho iniciado em novembro, e de posse de um minucioso levantamento feito por computador acredita que tem, hoje, maioria dos 559 constituintes. Consultados 528 parlamentares, as contas indicam 227 votos a favor do parlamentarismo e 193 a favor do presidencialismo.

Há ainda, segundo o levantamento, 45 constituintes com "tendência parlamentarista" e 40 com "tendência presidencialista", não definidos, e 23 indecisos. Trinta e um parlamentares ainda não foram consultados, o que deverá ocorrer nesta semana. "Até o final da semana chegaremos tranquilamente aos 280 votos", disse, com otimismo, ontem, a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ).

O senador José Richa (PMDB-PR), o mais ativo articulador do bloco parlamentarista, acredita que o plenário chegará às vésperas da votação dessa matéria com pouco

menos de dez indecisos, no limite dos 280 votos. O senador Fernando Henrique Cardoso (SP), líder do PMDB no Senado e parlamentarista, também é cauteloso. "Não tenho tanto otimismo, as pessoas ainda não têm uma decisão tomada", disse ontem.

O presidencialista Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) contestou ontem os números da pesquisa e disse que a questão "já está decidida", a favor do sistema que defende. "É guerra psicológica adversa", disse o deputado sobre os números exibidos por Richa e Sandra Cavalcanti.

Trunfo

O principal trunfo de que dispõe os parlamentaristas, no confronto com os presidencialistas, é o que o senador José Richa considera a "péssima qualidade" técnica da emenda presidencialista assinada pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB) e resultado de uma fusão, à última hora, de quatro emendas diferentes.

Já a emenda parlamentarista, assinada pelo deputado Egidio Fer-

reira Lima (PMDB-PE) é o resultado de uma lenta discussão deste sistema de governo, com contribuições dos senadores Afonso Arinos (PFL-RJ), Néelson Carneiro (PMDB-RJ), José Fogaça (PMDB-RS) e do próprio Richa. Esta emenda conseguiu 345 assinaturas dos constituintes, mas não obteve a chamada "preferência de votação" para quando o tema entrar na pauta do Congresso constituinte, dentro de três semanas. A "preferência" caberá à emenda presidencialista de Lucena, que conseguiu 353 assinaturas graças a um artifício, a junção das assinaturas das propostas dos deputados Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), Theodoro Mendes (PMDB-SP), Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) e do próprio Lucena.

Os presidencialistas têm defensores poderosos, como o deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e do Congresso constituinte, o senador Marco Maciel (PE), presidente do PFL, líderes do Centrão como os deputados Ricardo Fiúza (PFL-PE) e José Lourenço (PFL-BA) e todo o PT (16 parlamentares)

e PDT (22). "Todos os presidencialistas", afirmou Maurílio Ferreira Lima.

Os líderes parlamentaristas começaram uma nova ofensiva para conquistar adeptos à sua proposta que prevê a distribuição de uma "cartilha" com respostas às principais objeções feitas contra o parlamentarismo. Amanhã, às 10h, o senador Néelson Carneiro continuará a pregação parlamentarista com uma palestra para a bancada feminina no Congresso constituinte. Há, segundo Sandra Cavalcanti, 16 mulheres parlamentaristas na Constituinte, do total de 26 da bancada feminina.

No final de todas as sessões do Congresso constituinte os líderes parlamentaristas reúnem-se no fundo do plenário e atualizam a pesquisa, cujos dados são remetidos aos terminais de computador dos gabinetes dos senadores José Richa e Virgílio Távora (PDS-CE). Cerca de uma dúzia de parlamentaristas tem trabalhado nestes dias na tarefa de consultar pessoalmente todos os 559 constituintes. (AP)